

“VOCÊ PODE SER O QUE VOCÊ QUISER!” SERÁ? PSICANÁLISE, SEXO E GÊNERO

“You can be whatever you want!” is it true? Psychoanalysis, Sex, and Gender

“¿Puedes ser lo que quieras!” ¿Será Verdad? Psicoanálisis, Sexo y género

« Tu peux être ce que tu veux ! » Est-il vrai ? Psychanalyse, Sexe et Genre

10.5020/23590777.rs.v21i2.e11129

Bianca de Araújo Liboreiro

Graduada em Psicologia pela Universidade Federal de São João del-Rei onde foi estagiária do Núcleo de Pesquisa e Extensão em Psicanálise – NUPEP, no Serviço de Psicologia Aplicada da UFSJ.

Maria Gláucia Pires Calzavara

Doutora em Educação e Pós-doutora em Psicologia pela Universidade Federal de Minas Gerais. Prof.a Associada do Departamento de Psicologia da Universidade Federal de São João Del Rei.

Resumo

Parte-se, neste artigo, de um caso clínico, atendido no Serviço de Psicologia de uma universidade, cuja demanda, trazida pela mãe, era dar continuidade ao tratamento da filha, que fora iniciado aos seis anos de idade. Em seu relato, o que vinha sendo realizado se tratava da possibilidade de uma redesignação do sexo da criança. Esta, no momento em que iniciamos o trabalho, estava com oito anos. Anatomicamente, é uma menina e apresenta estereótipos de um menino. Nesse caso, desperta nossa atenção a frase proferida pela mãe à criança aos três anos, quando esta lhe questionou se era um menino ou menina: “Eu disse para minha filha que ela pode ser o que ela quiser”. Diante dessa afirmação à filha em idade tão tenra, indagou-se sobre a incidência da palavra da mãe na significação da identidade dessa criança. Do mesmo modo, o tratamento já iniciado por uma psicóloga, aos seis anos da paciente, que trazia a orientação para a possibilidade de uma redesignação do sexo, nos fez interrogar, amparadas pela psicanálise, as questões relativas ao sexo e ao gênero nos sujeitos e a direção do tratamento em crianças. Ademais, as questões com o corpo apresentadas pela paciente exigiram a compreensão de como fazer frente a demandas tão precoces de redesignação do sexo. No percurso analítico até o momento, buscou-se, por meio da palavra, fazer emergir a possibilidade de um saber sobre o próprio sexo dessa criança. Além disso, confrontou-se a contradição presente na incidência da palavra do Outro em seus elementos orientadores e devastadores na vida do sujeito e fez-se cara a constante reflexão crítica da prática psicológica. Apostar na psicanálise e na escuta do sujeito visou a permitir que algo de mais singular de seu desejo pudesse se apresentar e se fazer ouvir.

Palavras-chave: psicanálise; identidade; sexualidade; gênero; clínica infantil.

Abstract

This article starts with a clinical case, assisted at the Psychology Service of a university, whose demand, brought by the mother, was to continue the treatment of her daughter, who had started at the age of six. In her report, what was being done was the possibility of reassigning the child's sex. She was eight years old when we started the work. Anatomically, it is a girl and presents stereotypes of a boy. In this case, our attention is drawn to the phrase said by the mother to the child at the age of three, when she asked her if it was a boy or a girl: “I told my daughter that she could be whatever she wants”. Faced with this statement to the daughter at such a young age, we asked about the incidence of the mother's word in the meaning of the child's identity. Likewise, the treatment already started by a psychologist, when the patient was six years old, who guided the possibility of sex reassignment, made us a question, supported by psychoanalysis, the issues related to sex and gender in the subjects and the direction of treatment in children. Furthermore, the issues with the body presented by the patient required an

understanding of how to face such early demands for sex reassignment. In the analytical path so far, we sought, through the word, to bring out the possibility of knowing about the child's sex. In addition, the contradiction present in the incidence of the Other's word in its guiding and devastating elements in the subject's life was confronted, and the constant critical reflection of psychological practice was faced. Bet on psychoanalysis and listening to the individual aimed at allowing something more unique of his desire to be presented and heard.

Keywords: *psychoanalysis; identity; sexuality; gender; children's clinic.*

Resumen

Este trabajo surge de un caso clínico, atendido en el Servicio de Psicología de una universidad, cuya demanda, traída por la madre, era dar seguimiento al tratamiento de la hija, que se inició a los seis años de edad. En su informe, lo que se hacía era intentar una reasignación del sexo de la niña. Esta, en el momento en que iniciamos el trabajo, estaba con ocho años. Anatómicamente, es una niña y presenta estereotipos de un niño. En este caso, despierta nuestra atención la frase dicha por la madre a la niña a los tres años, cuando esta le preguntó si era niño o niña: "Yo le dije a mi hija que ella puede ser lo que ella quiera". Ante esta afirmación a la hija en edad tan temprana, se cuestionó sobre la incidencia de la palabra de la madre en la significación de la identidad de la niña. De la misma manera, el tratamiento ya iniciado por una psicóloga, a los seis años de la paciente, que traía la orientación para la posibilidad de una reasignación del sexo, nos hizo cuestionar, amparadas por el psicoanálisis, las cuestiones relativas al sexo y al género en los sujetos y la dirección del tratamiento en niños. Además, las cuestiones con el cuerpo presentadas por la paciente exigieron la comprensión de cómo hacer frente a demandas tan tempranas de reasignación del sexo. En el trayecto analítico hasta el momento, se buscó, por medio de la palabra, hacer surgir la posibilidad de un saber sobre el propio sexo de esta niña. Adicionalmente, se confrontó la contradicción presente en la incidencia de la palabra del Otro en sus elementos orientadores y desastrosos en la vida del sujeto y se hizo frente a la constante reflexión crítica de la práctica psicológica. Apostar en el psicoanálisis y en la escucha del sujeto tuvo el objetivo de permitir que algo de más singular de su deseo pudiera presentarse y hacerse oír.

Palabras clave: *psicoanálisis; identidad; sexualidad; género; clínica infantil.*

Résumé

Dans cet article, nous partons d'un cas clinique, suivi au service de psychologie d'une université. La demande a été portée par la mère et il s'agissait de poursuivre le traitement de sa fille, lequel cette dernière a commencé à l'âge de six ans. Dans son rapport, ce qui ont eu fait jusqu'ici, c'était la possibilité de changer le sexe de l'enfant. L'enfant, lorsque nous avons commencé les travaux, avait huit ans. Anatomiquement, c'est une fille, néanmoins, elle présente des stéréotypes de garçon. Dans ce cas, notre attention a été attirée sur la phrase donnée par la mère à l'enfant à l'âge de trois ans, lorsque l'enfant la lui ai demandé s'il s'agit d'un garçon ou d'une fille : « J'ai dit à ma fille qu'elle peut être ce qu'elle veut ». Face à cette déclaration à la fille à un si jeune âge, nous nous sommes interrogés sur l'incidence de la parole de la mère dans le sens de l'identité de l'enfant. De même, le traitement déjà commencé par un psychologue, à l'âge de six ans de la patiente, montrait la possibilité d'un changement de sexe. Cela nous fait questionner, appuyés par la psychanalyse, les enjeux liés au sexe et au genre chez les sujets et les orientations du traitement chez les enfants. De plus, les problèmes corporels présentés par le patient nécessitaient la compréhension sur des affrontements à de telles demandes précoces de changement de sexe. Dans le cheminement analytique jusqu'ici, nous avons cherché, à travers la parole, à faire émerger la possibilité de connaître le sexe de l'enfant. En outre, la contradiction présente dans l'incidence de la parole de l'Autre dans ses éléments directeurs et dévastateurs dans la vie du sujet a été confrontée, et la réflexion critique constante de la pratique psychologique a été contestée. Parier sur la psychanalyse et écouter le sujet visait à permettre à quelque chose de plus singulier de son désir de se présenter et de se faire entendre.

Mots-clés : *psychanalyse ; identité ; sexualité ; genre ; clinique pour enfants.*

A psicanálise, desde seu início com Sigmund Freud, se apresentou como uma teoria que trouxe inúmeras contribuições ao campo da sexualidade dos sujeitos. A sua concepção da sexualidade infantil em 1905, no texto "Três ensaios sobre a Teoria da Sexualidade", foi uma revolução, à época, pela afirmação de uma sexualidade presente na infância e de sua descrição perversa polimorfa. Nesse texto, Freud (1905/1996d)) se distancia do pensamento que atribui a natureza da escolha heterossexual de objeto como única e se afasta, também, de pensar o limite da sexualidade ao primado do genital. Assim, Arán (2009) afirma que Freud inaugura "um deslocamento sem precedentes à normalização sexual instaurada pela psiquiatria, medicina e sexologia do século XIX" (p. 655), instaurando uma nova forma de conceber a sexualidade naquela data.

As múltiplas manifestações da sexualidade que se revelam na atualidade exigem uma interrogação e uma posição do campo psicanalítico, uma vez que, na clínica psicanalítica, deparamo-nos com as inquietações dos sujeitos acerca de questões relativas ao sexo e ao gênero, necessitando, portanto, de entendimento mais profundo do que concerne ao ser homem/mulher e masculino/feminino. Diante de tal discussão, buscamos, com base nos fragmentos de uma entrevista realizada no Serviço de Psicologia de uma universidade, entender os efeitos no corpo do sujeito do seu processo de subjetivação a partir de um caso clínico. Diante de uma mãe em entrevista, para atendimento de sua filha, deparamo-nos com a seguinte fala: “*Eu disse para minha filha que ela pode ser o que ela quiser*”. Essa frase, proferida pela mãe da criança, orientará esta discussão.

A demanda trazida pela mãe ao Serviço de Psicologia era a continuidade ao tratamento da criança que fora iniciado aos seis anos. De acordo com seu relato, o trabalho que vinha sendo feito dizia respeito à possibilidade de uma redesignação de seu sexo. A criança, neste momento do tratamento, está com oito anos de idade; anatomicamente, é uma menina e apresenta estereótipos de um menino. A mãe relatou em entrevista que se questiona se “*Maria¹ é uma menina que quer ser um menino*”. Essa mãe, militante de causas sociais e estudiosa das “questões de gênero”, criou sua filha em meio à diversidade. Ela pontuou ter rejeitado roupas e brinquedos que fossem tidos como “femininos”, não quis nada rosa ou com bonecas, sempre optando por cores e objetos “neutros” e super-heróis. Na entrevista, relata, com certo receio, que quando questionada por Maria, aos três anos de idade, se era menino ou menina, afirmou ter se pautado em seus estudos para responder à filha: “Você pode ser o que você quiser!”. Afirmou, ainda, sempre ter tentado manter uma relação de igualdade com ela, conversando e tratando-a, de forma horizontal, como uma amiga. No entanto, ao longo do desenvolvimento da criança, principalmente com a entrada desta na escola, foi percebendo seu rechaço às coisas “femininas”. Ademais, aconteceram episódios em que a filha afirmava que gostaria de ser chamada de Lucas (nome do seu melhor amigo). Somava-se a esses fatores a dificuldade de Maria em tocar e cuidar do próprio corpo. Ela demonstrou preocupação ao asseverar que a criança não se lava nem permite que se lave sua genitália no banho, o que vinha causando repetidas infecções.

A partir dessa entrevista, chama atenção o impacto, no caso, da frase proferida pela mãe: “Eu disse para minha filha que ela pode ser o que ela quiser”. Diante da afirmação feita à filha em idade tão tenra, indagamos sobre a incidência da palavra da mãe na significação da identidade dessa criança. Do mesmo modo, o tratamento já iniciado por uma psicóloga, aos seis anos da criança, que trazia a orientação para a possibilidade de uma redesignação do sexo, nos faz interrogar, amparadas pela psicanálise, as questões relativas ao sexo e ao gênero nos sujeitos e, especificamente, a direção do tratamento em crianças. Então, as questões com o corpo, apresentadas por Maria, fizeram-nos buscar compreender como fazer frente a demandas tão precoces de redesignação do sexo.

Sexo e Gênero: Possibilidades de Contribuição do Campo Psicanalítico

Diante dessas indagações, faz-se necessário compreender como, na clínica psicanalítica contemporânea, têm sido discutidos os embates e angústias trazidos pelos sujeitos em relação às chamadas “questões de gênero”. De acordo com De Tílio (2014), tais discussões percorrem um longo e diversificado percurso histórico, passando pelas perspectivas biológicas, psicanalíticas e antropológicas, caminhando até a modernidade, com a inserção, por Scott (1995), da categoria gênero nos estudos científicos e análises históricas; as chamadas perspectivas pós-modernas, com Judith Butler (1999), e as *queer theories* (Butler, 2015; Louro, 2018).

Para Lima (2017), na contemporaneidade, os debates acerca do gênero vêm colocando no campo político os tratamentos tradicionais dados ao binarismo homem/mulher, feminino/masculino; buscando, por meio de apontamentos de seu caráter histórico-social, a sua desnaturalização. Dotados de diversas limitações e recaindo muitas vezes em formações de uma ordem ideal, tais debates apresentam a potência de possibilitar condições para uma existência mais possível de ser vivida. Como dito, a partir das contribuições freudianas em 1905, tornou-se factível desvincular o desejo sexual da anatomia e do sexo biológico, já que Freud introduziu a noção de polimorfismo com a proposição de que a pulsão sexual independe de seu objeto. Ademais, de acordo com o autor, a princípio, o próprio corpo da criança é seu objeto de prazer. Indo além, à psicanálise não caberia o reducionismo do sujeito a categorizações de identidade sexual, porque o saber por ela produzido não se volta à sua essência, mas ao fato de como este é capaz de construir e lidar com a singularidade de seu gozo.

Mediante tamanhas contribuições, vale ressaltarmos que Freud nunca fez uso do termo gênero. Conforme Sartori e Mantovani (2016), tal termo não fora cunhado na época, até mesmo por limitação linguística. No alemão, a distinção entre sexo e gênero não seria possível. Somente no ano de 1968, Robert Stoller (1968) introduziu no campo psicanalítico tal termo, visando à compreensão dos aspectos psíquicos relativos à transexualidade. Na época, essa introdução não foi bem aceita, e ainda não se faz consensual. Henriques e Vidal (2019) apontam que, na clínica psicanalítica, o que se coloca em jogo está muito além das questões de gênero; o que se busca tocar é o enigma sexual. Dessa forma, o sexo sai do campo da idealização

1 Os nomes mencionados ao longo do artigo são fictícios para preservar a identidade da paciente.

para dizer da impossibilidade da relação sexual, ou seja, não existe uma identificação sexual satisfatória ou ideal. Quando se trata do sexual, não se está em lugar de conforto, tampouco de completude. Para o psicanalista, não é determinante o gênero que o sujeito assume para si, pois o que importa é como este se posiciona frente ao seu pertencimento, uma vez que categorias como homem, mulher e outras implicam numa posição subjetiva.

Em termos linguísticos, Jorge e Travassos (2018) pontuam que “gênero é uma categoria arbitrária e seu vínculo com o sexo é estabelecido segundo cada língua e seu léxico; a partir da antropologia, o gênero passou a ser utilizado para designar papéis sociais ligados ao sexo” (p. 42). Dessa forma, o sexo representa o real do corpo em sua anatomia e biologia, enquanto o gênero concerne à ordem de uma construção cultural, cuja relação direta com o sexo designa papéis e comportamentos ditados pelo social, os quais deveriam ser apropriados pelos homens e pelas mulheres. Ademais, de acordo com os autores, “o gênero é uma construção cultural artificial baseada, dentre outros elementos, em papéis e formas de expressão estabelecidos em cada cultura e a cada época” (Jorge & Travassos, 2018, p. 47). É nesse ponto que os estudos de gênero se amparam, apontando o aprisionamento gerado por tal norma cultural, e saem em defesa de que o sujeito possa se desprender dela a qualquer custo.

Com relação à psicanálise, o que se entende por gênero se diferencia sobremaneira do modo de pensá-lo como aprisionante. Para esta, o gênero se coloca como passível de “libertação”, uma vez que, mediante interpretação única de cada sujeito, há possibilidade de “libertar-se” das normas culturais impostas pela construção social do gênero.

Leguil (2016) aponta que ser homem e ser mulher se trata “para cada um a ocasião de uma interpretação inédita de seu ser sexual, de sua sexualidade” (p. 14). Coloca, ainda, uma terceira via para o entendimento das questões de gênero, em detrimento de uma primeira, que o entende pelo viés naturalista, o qual não o interroga e o faz se equivaler a um destino ligado à biologia; e a uma segunda via, que, segundo a perspectiva dos estudos de gênero, faz pensar que este é exclusivamente uma “alienação às normas, como decorrente de um programa cultural” (Leguil, 2016, p.13). A terceira via propõe que “ser homem e ser mulher passa necessariamente pela relação não anônima de cada um com seu desejo e com seu regime de gozo em sua absoluta singularidade” (Leguil, 2016, p. 13). Torna-se possível, desse modo, que a psicanálise saia do anonimato e apresente sua contribuição no campo.

Portanto, nem anatomia, nem construção alienante à norma, a contribuição da psicanálise às questões do gênero busca interrogá-lo frente a tais questões. Assim, se o gênero é tomado como uma imposição vinda da cultura, que limita, aprisiona o modo como cada sujeito se apresenta e dispõe do seu corpo; para ser “livre”, ele precisa fugir a qualquer preço dessa imposição. Para a psicanálise, não é o gênero que se coloca como uma prisão, mas sim como algo que é buscado, de modo particular, por cada sujeito, visando a uma assunção de seu ser sem, contudo, atingi-lo. Neste ponto da discussão, o que se revela são posições, tanto da psicanálise quanto dos estudos de gênero, que se distanciam em suas conceituações e que, dessa maneira, careciam de maior esclarecimento na tentativa de desfazer um mal-entendido. São as questões referentes à constituição do sujeito para a psicanálise, que se seguem nesta discussão.

Sujeito, Corpo e Linguagem

No ano de 1964, Lacan avançou no que concerne à conceituação de sujeito ao formalizar as operações lógicas de alienação e separação, que definem o sujeito em sua posição com o Outro da linguagem e sua inserção na ordem simbólica. Na alienação, considera-se a relação entre o sujeito e o Outro. Este, segundo Lacan (1964/1998b), é “o lugar em que se situa a cadeia do significante que comanda tudo que vai poder presentificar-se do sujeito” (pp. 193-194). Nessa definição, caminhando junto com Silva e Calzavara (2016), é a relação de alienação do sujeito ao Outro que o constitui, revelando que está localizado na linguagem e foi marcado pelo significante que vem desse Outro.

Por sua vez, a segunda operação – separação – envolve o confronto do sujeito alienado ao Outro; dessa vez, não como linguagem, mas como desejo, marcando sua presença como barrado. Para Lacan (1964/1998b): “Enquanto o primeiro tempo está fundado na subestrutura da reunião, o segundo está fundado na subestrutura da interseção ou produto” (p. 201). Ora, se inicialmente o sujeito se apresenta como objeto do desejo, na topologia da separação o que se faz notório, de acordo com Calzavara e Silva (2018), “é uma tentativa do sujeito de se separar, isto é, de se descolar da posição de objeto do desejo do Outro para assumir a posição de sujeito desejante” (p. 75). Nesse ponto, Soler (1997) contribui: “A separação supõe uma vontade de sair, uma vontade de saber o que se é para além daquilo que o Outro possa dizer, para além daquilo inscrito no Outro” (p. 62). Nesse momento, haverá, por parte do sujeito, a percepção de que há algo no desejo do Outro que lhe escapa, demarcando que a completude não será o destino.

Destaca-se, aqui, o papel fundante da linguagem, uma vez que o sujeito só advém a partir de seu encontro com ela, que se coloca como determinante do modo de ser de cada um como sujeito que tem um corpo. Calzavara e Vorcaro (2018) afirmam:

Na clínica psicanalítica com crianças e adolescentes, alguns sintomas de disfunções corporais nos revelam a insistência de um excesso pulsional, o qual denuncia a prevalência de um gozo Outro no corpo, o qual submete o sujeito à deriva. Esse

gozo Outro, não ordenado no corpo, responde à inoperância do recurso da normatização fálica, alijando o sujeito de seu funcionamento corporal. (p. 32)

Dessa maneira, os efeitos no corpo do sujeito de seu encontro com a linguagem é o ponto de interesse neste artigo. Então, torna-se caro elucidar o que é um corpo para a psicanálise. Para esta, o corpo organismo, isto é, o corpo da biologia, necessita advir para se dizer de um sujeito que tem, a partir do encontro com a linguagem, um corpo tomado por elementos significantes.

No estádio do espelho proposto por Lacan (1949/1998a), este é um drama, cujo impulso interno precipita-se da insuficiência corporal revelada por um corpo “despedaçado” até sua totalidade, a qual chamará de ortopédica. Assim, Bassols (2016) mostra que não se trata somente da imagem especular, mas que, a partir dessa imagem, é preciso que se faça um corpo. Esse momento de “costura” de uma imagem se fazer corpo é realizado pelo encontro com o Outro, representado pela linguagem, que produz, no sujeito, uma perda ao ser afetado por ela.

Em vista disso, a chegada de uma criança ao mundo é afetada pelos efeitos da linguagem para que haja a conquista do corpo próprio. Tal fato traz implicações decisivas na vida do sujeito em suas primeiras experiências, porque a criança, antes de nascer, faz parte da fantasia do casal parental; por isso, há uma transmissão do que é falado pela mãe, enquanto Outro primordial, que afeta a criança. Dessa forma, na clínica psicanalítica, o que se tem a trabalhar, nesse caso, é com a incidência da palavra desse Outro e o que ela produz na criança em termos de respostas subjetivas alienantes.

A Incidência da Palavra do Outro no Corpo de Maria

Como abordado no tópico anterior, compreende-se que a criança tem um lugar na história fantasmática de seus pais antes de nascer. Esse lugar, representativo de sua subjetividade, é efeito da transmissão da história do casal parental, que deverá ser interpretado pela criança como uma história inédita de seu ser sexual, de sua sexualidade (Santos, 2016). É nesse ponto que Lacan (1969/2003), em seu texto “Duas notas sobre a criança”, destaca o valor da família não enquanto lugar de transmissão de um desejo não anônimo, mas sim dotado de sentido e endereço e, por isso, estruturante. Nesse aspecto, cabe a ela, ainda, ser orientadora e organizadora do lugar da criança que nela se insere.

Na presença da criança na relação do casal, estamos diante do narcisismo (Freud, 1914-16/1996e) perdido dos pais, revivido e reproduzido no amor que eles nutrem pelo filho. Esse amor revelará uma atitude emocional de supervalorização em relação a este, podendo a ele ser atribuído tanto as perfeições quanto os fracassos. A criança concretizará tudo o que os pais porventura imaginaram e não conseguiram realizar. Tal elemento se destaca no caso aqui abordado, em que, durante a entrevista, a mãe, ao dizer da sua relação com Maria, comete um ato falho e afirma: “Ela sou eu criança!”. Na frase proferida podemos destacar como, no nascimento da criança, deve-se iniciar todo um trabalho de reorganização da fantasia do casal parental de forma a acomodar não mais a criança imaginada, mas a real que ali se coloca.

Tal tarefa, muitas vezes, não se mostra fácil; nem para os pais, que necessitam abrir mão de suas fantasias narcísicas, as quais acreditam serem possíveis realizar na projeção nos filhos, nem para as crianças, que, para se fazerem sujeito desejante, necessitam recalcar elementos libidinais e avançar em um laço possível com o Outro, na ordem do desejo, para construir uma posição distinta daquela transmitida pela família. Desvencilhar-se dessa relação primária para construir um lugar próprio exige, por parte da criança, se separar dos efeitos imaginários da relação inicial. Esses efeitos de uma relação alienante, em que o olhar e a fala do Outro demarcam uma indistinção entre este e a criança, fazem-na acreditar que necessita satisfazer algo do desejo desse Outro.

Tem-se, nesse momento, a alienação fundamental representativa de uma sujeição da criança à palavra do Outro, seja materno, seja paterno. A mãe de Maria afirma que só comprava brinquedos para a filha que ela mesma gostaria de ter brincado quando criança, além de sempre ter rechaçado aqueles caracterizados como femininos, recorrendo aos super-heróis, que eram personagens de que tanto ela quanto o pai da criança gostavam. Essa passagem nos leva a reconhecer como Maria estava colocada na posição de ser falada pelo Outro. Submetida ao desejo do Outro materno, respondia a ele como um objeto que poderia satisfazê-lo. Desse modo, presa na indistinção em relação a tal desejo, via-se capturada por um gozo materno que não contribuía para sua subjetivação. Como resposta, essa criança se sentia “perdida”, ora respondendo ao pedido alienante do Outro, ora buscando, por meio de sintomas corporais, estabelecer vias de saída desse imbróglio.

A separação se apresenta como uma operação lógica de saída da criança do drama familiar. Por meio da entrada de um terceiro elemento capaz de intervir na relação quase indistinta entre mãe e criança é que se torna possível uma separação da interdição do gozo sem limites nela presente. Trata-se, como já exposto, de uma interjeição do campo simbólico, a qual possibilita o estabelecimento de uma ordem que se coloca como limitadora, reguladora e orientadora. Destaca-se, aqui, a dificuldade de trabalhar com o par parental, visto que a figura paterna não se apresentou a nós fisicamente e somente de forma muito enfraquecida simbolicamente, em poucos relatos de Maria. No caso aqui tratado, o pai, como representante da função simbólica, se revela, nos relatos de Maria, como um pai que, mesmo sendo mais velho, aparenta a ela ser um

adolescente, sempre fantasiado com roupas de super-heróis. Traz, ainda, em seus desenhos, uma cena em que se encontra “perdida” no deserto. Nessa situação, ela grita pelo pai e por ele não é atendida. Dessa maneira, convoca sua gata de estimação para ajudá-la nessa situação, e essa revela-se impotente para oferecer ajuda e começa a miar. Fato interessante é que, no miado da gata, o que é pronunciado é o nome do pai. Pode-se inferir, a partir de seus relatos, a representação de uma função paterna que não tem respondido ao ser convocada.

Para Calzavara e Ferreira (2019), é nas funções materna e paterna que o sujeito se ampara para se constituir como tal. Ao tratar da incidência da palavra da mãe sobre a criança, referimo-nos a essa como função, como Outro primordial, que foi capaz de atribuir significações às necessidades do bebê. Nas inúmeras tentativas de tatear o mundo, necessitando para isso de mediação e referência, a criança carece de que algo de mais singular das funções materna e paterna se transmita. Aqui, inscrevem-se, também, as questões relativas à sexualidade, uma vez que não partem de algo dado e carecem, portanto, de simbolização, visto que o sujeito se depara com um Outro que já está posto antes de sua chegada e que a princípio é estranho a ele.

De acordo com Sartori e Mantovani (2016), apenas por meio de articulações produtoras de sentido o sujeito poderá se relacionar e dizer do mundo, do outro e de si mesmo. A criança, em seu processo de descoberta e por meio da comparação imaginária dos corpos, vai se deparando com diversos significantes que lhe permitem diferenciar o ser masculino do ser feminino. Todavia, nessa comparação, ela também se depara com a castração do Outro. Esse encontro com a falta do Outro é causador de angústia e carente de simbolização, visto que a criança não encontra palavras para dele tratar (Santiago, 2002).

Nesse contexto, reportamo-nos à história de Maria, que foi criada junto à mãe e rodeada por uma grande diversidade de formas de ser e existir no mundo. Participante do universo materno, que lhe apresentava uma variedade de nomeações para dizer do sexo do outro, Maria necessitava de elucidação.

Dessa forma, aos três anos de idade, interrogou sua mãe: “Sou uma menina ou um menino?” Essa mãe, pautada nesse contexto e em seus estudos acerca de sexo e gênero, afirmou à criança que ela podia ser o que ela quisesse. Nesse momento, acreditando oferecer liberdade e autonomia à filha, a mãe acabou por recair em uma autonomia perniciososa, deixando a filha “perdida” em meio a tantas possibilidades, as quais ela sequer era capaz de elaborar em tão tenra idade.

Nesse sentido, ao longo das sessões, aparece a dificuldade de Maria em fazer escolhas, como o que iria fazer na sala de atendimento, desejando, muitas vezes, que fosse escolhido para ela. Insistia nesse pedido afirmando que sempre outras pessoas escolhiam por ela. Além disso, relata que, em diversas situações, repete o que o Outro faz e, desse modo, confunde-se com ele, colocando-se no âmbito de um “tanto faz”. Portanto, na dificuldade de se separar do desejo do Outro, Maria se encontra em um momento que determina sua posição de alienação e confusão com este, em que a frase ficcional emitida pela voz materna, “*poder ser o que quiser*”, demarca uma confusão e sofrimento diante da não condição de escolha; sofrimento que é revelado nos relatos de seus sonhos e suas histórias.

Um sonho em particular se mostrava recorrente e assustador para Maria. Neste, ela se encontrava em um deserto, que continha uma infinidade de caminhos, e ela conseguia decidir por qual seguir, acordando assustada com essa impossibilidade de escolha. Dessa forma, os sintomas aparecem de maneira mais significativa quando Maria começa a frequentar a creche. No encontro com seus pares na instituição, era notório o rechaço às coisas nomeadas como de meninas, assim como as próprias meninas. Além do mais, esse rechaço se repetia em sua casa com a relutância de se relacionar com as primas. Ainda no que concerne à dificuldade que faz parte do universo feminino, mas que também denuncia uma dificuldade com sua identidade, as professoras chamavam a mãe para dizer como Maria não conseguia escolher do que se fantasiar, pois ora se colocava como um super-herói, ora como uma princesa. A situação se agrava quando Maria começa a não permitir que a mãe toque seu corpo na hora do banho e nem ela mesma toca em sua genitália para lavá-la, contraindo infecções de repetição. Drummond (2007) aponta o sintoma como um efeito da incidência da palavra sobre o corpo da criança, que, aquilo que a ela foi dito e, nesse caso, não dito, a constitui e (des)orienta seu encontro com o real do gozo.

Para Drummond (2007), o que se tem a princípio diante do real é um dito, o qual a criança ainda não é capaz de compreender. Dessa maneira, recorre à imitação daquilo que encontra, repetindo as palavras presentes no contexto do qual faz parte. Por fim, essas palavras vão de encontro ao real de seu corpo. É nessa inscrição no corpo, dos significantes que vêm do Outro materno, que ela busca teorias e desenvolve sintomas, os quais possibilitam uma forma de tratamento diante da falta de recurso simbólico. Nesse aspecto, a autora afirma que tudo aqui importa, o que à criança é dito, não dito e o que toca seu corpo.

No que se refere a esse encontro com o real da diferença sexual, a questão do corpo se coloca de forma intensa no caso de Maria, para quem o encontro com a falta se apresenta insuportável. Era recorrente em seu discurso a preocupação com o que ela afirmava ser uma constante “perda das calças” ou como estas insistiam em “cair de seu corpo”. Tais situações, diante do não dito e da não simbolização, aparecem para Maria como causadoras de grande angústia, resultante da tentativa de não lidar com tal falta.

Em uma sessão, diante de sua imagem no espelho, em que estava vestida com uma camisa do Hulk (super-herói que possui uma força desmensurada), aponta seu incômodo por este estar segurando seu próprio nome na estampa, e não a calça dela, que insistia em cair. A percepção da falta como algo tão avassalador aparece, também, em uma sessão na

qual, no momento de um jogo em que o ganhar e o perder são condições necessárias para a partida, Maria se depara com a possibilidade de perder algo nesse jogo. Contudo, sem poder fazer imediatamente uma substituição, ela solicita ir ao banheiro. No retorno, não consegue mais ficar sentada e, desse modo, continuar o jogo, relatando e demonstrando algo que aparece como muito incômodo no seu corpo.

A partir da escuta e dos elementos que Maria trazia no decorrer das sessões, tornou-se necessária outra escuta, que ia além da demanda inicial trazida. Deparamo-nos com a necessidade de tratar da questão do desejo.

O Tratamento do Corpo a partir de Outra Escuta

Partindo de sua experiência clínica e descartando a teoria da sedução como traumática, Freud (1894/1996a, 1896/1996b, 1896/1996c), desde o início de seus estudos, localiza o traumatismo como da ordem do sexual, com seu ponto de intrusão situado na infância. O encontro com a sexualidade do Outro é estranha, traumática, pois coloca em destaque as excitações que provocaram a fixação da libido no corpo do sujeito e que por ele precisa ser formulada.

Os estudos de Lacan (1975/1988, 1964/1998b) e de seus comentadores, como Jacques Alain Miller (2003), Eric Laurent (2004, 2014) e Philippe Lacadée (2015), ampliam esse entendimento, elaborando de antemão que o sexual em si é traumático para o ser falante, e não um acontecimento particular. Isto significa que a criança, em seus primeiros anos, experimenta situações e sensações que ela nem sempre está em condições de responder. Será preciso, por parte dela, um saber fazer frente ao real do sexo que a invade.

Ademais, Lacan (1972-73/2008), em seu Seminário XX, apresenta importante contribuição quanto à posição do sujeito falante, homem/ mulher, em sua relação com a função fálica. Nesse seminário, revela que a partir do modo como se inscreve a função fálica no psíquico, nomeada pelo autor como sexuação, há o desvelamento de um gozo singular extraído por cada sujeito. Dessa forma, Lacan (1972-73/2008) demonstra com as fórmulas da sexuação que, à revelia das determinações biológicas e das construções dos debates de gênero, a sexuação ocorre ao sujeito a partir da pulsão. O lado homem/mulher da sexuação evidencia que cada sujeito se inscreve no psiquismo e extrai daí um gozo que revela, em uma posição masculina/feminina à revelia do corpo que habita, fazendo-o sexuado. A partir da fórmula da sexuação, a posição masculina de Maria, apontada pela mãe, como um modo de gozo masculino habitando um corpo de menina, revela, na verdade, uma posição de gozo, que nos leva a reconhecer que uma mudança de sexo a partir da demanda do Outro não abarca o que do real da pulsão se manifesta nesse pedido.

A partir da entrada do real do sexo que faz trauma e também sintoma, iniciamos com Maria uma escuta, que, sob transferência, apresenta uma possível elaboração de sua subjetividade. O advento do sujeito em sua condição de divisão subjetiva leva à importância de destacar a distância notável da escuta entre demanda e desejo na clínica. No que concerne à demanda, ela pode ser entendida como um apelo em busca de um complemento que poderia restituir ao sujeito um estado anterior em que ele acreditava ter existido (Moreira & Kyrillos Neto, 2017).

Em contrapartida, o desejo diz respeito à condição do surgimento do sujeito em sua falta fundamental, daquilo que está perdido para sempre e necessita, portanto, à elaboração para que se aproxime de seu dizer sobre sua verdade. Sendo assim, o apelo, por meio da demanda, revela que o que é pedido traz uma distância considerável do que o sujeito deseja. Faz-se inegável a distância entre a demanda por uma redesignação sexual e o desejo de praticar tal mudança.

Muitas crianças são trazidas à clínica em função de sintomas que necessitam de elaboração. Entretanto, é preciso que, por parte do analista, tal sintoma seja diferenciado, já demarcando de início o que é demanda do Outro e o que é desejo da criança. No caso de Maria, temos, de antemão, uma demanda inicial do Outro – a possibilidade de redesignação do sexo de uma criança de oito anos –, que foi aceita, de certo modo, pelo profissional que realizava o atendimento anterior. Na clínica psicanalítica, a escuta dos pais é de suma importância para se entender a história da criança e o lugar que ela ocupa no desejo da família. No entanto, é no discurso da criança em análise que nos orientamos para ouvir o que do desejo emerge.

Parece evidente que, no primeiro tratamento de Maria, houve uma escuta da demanda do Outro, por parte do profissional, que se fez ressoar no corpo da criança. Fica claro que os significantes, marcados no dito materno “você pode ser o que você quiser”, foram extraídos por Maria não só pelos que vinham da palavra da mãe, mas por todo o entorno familiar. Esses significantes, que dizem de Maria e de sua identidade, circunscrevem um excesso, um transbordamento sem sentido que a criança sente no corpo e tem dificuldade de enfrentar. É preciso contar com uma posição da criança em análise, em que possa extrair o que está colocado a ela, demarcando uma separação necessária do que é o dito materno e o que é do particular do seu desejo.

Durante as sessões, a despeito de muitas crianças no dispositivo analítico não conseguirem falar sobre seu sintoma, nem pelo brinquedo, tampouco pelo desenho, situação que revela uma dificuldade inicial para o analista ir de encontro ao sujeito, Maria chegou e falou de seu sintoma. É importante considerar que essa criança se depara com a dificuldade de se separar do discurso de um saber que se coloca sobre ela na condução de um trabalho terapêutico já iniciado. Foi preciso estabelecer, sob transferência, uma nova relação terapêutica, em que a analista aparece como sujeito dividido e que não tinha sobre ela todos os

saberes anteriormente estabelecidos. Na posição de suposição de um saber e com uma escuta voltada para o desejo, a analista se dirige com a criança ao trabalho de entendimento da relação que ela estabeleceu com seu corpo e como, em relação à posição que ocupa na estrutura familiar, veio a dar corpo ou oferecer seu corpo enquanto objeto de gozo (Ferreira, Couto, & Facury, 2013).

Durante as sessões, o lugar de suposição de saber da analista se sustenta em um encontro muito diferente de alguém que acredita que sabe o que se passa com a criança. Esse lugar se sustenta por meio da não resposta, por parte da analista, às demandas de Maria, da não condução da sessão, dos equívocos e das dúvidas frente às questões que esta trazia na construção de sua história. Aos poucos, Maria pôde se descolar dessa posição, permitindo a construção de um novo saber sobre si mesma, próprio, desvinculando-se dos significantes que a ela eram atribuídos e a aprisionavam em uma posição angustiante. No trabalho de histerização de seu discurso, Maria principia a localizar e endereçar seu sofrimento e começa a se encarar como dividida, possibilitando a emersão do inconsciente e a produção de um saber sobre esse real que invade seu corpo (Miller, 1997).

Em um de seus inúmeros desenhos do deserto está presente um furacão, que a tudo vinha devastando. Em um primeiro momento, a personagem presente no desenho havia sido também engolida pelo furacão. Com o caminhar da sessão, Maria retoma o mesmo desenho, mas agora sob uma nova perspectiva, apontando que a personagem não havia sido engolida pelo furacão. Ela ainda estava muito próxima a ele, mas o olhava de fora. Maria afirma que o furacão já não conseguia tudo devastar.

Na primeira sessão, as questões sobre o corpo surgem de forma marcante. Nesta, Maria aparece vestida de um super-herói masculino e, imediatamente, conta que usa fantasias desde muito nova. Segundo ela, no início, eram fantasias que alternavam entre femininas e masculinas, mas que, agora, prevalecem os personagens masculinos, assim como brinquedos e brincadeiras atribuídos aos meninos. No entanto Maria não consegue explicar o porquê da mudança. A cada semana, um herói masculino diferente se apresentava na sessão e, junto com ele, era trazida, também, uma nova estória. As histórias por ela trazidas tocavam na sua própria história, principalmente naquilo que para ela se colocava como difícil, misterioso e angustiante. O que foi se mostrando ao longo das sessões, é que, por meio dessas fantasias, Maria buscava uma forma de unificar seu corpo. Essa forma era usada no momento do processo analítico, mas acreditamos que já era utilizada desde muito nova por ela como um modo de lidar com ele. Esse recurso inicial de tratamento do corpo, realizado por Maria, diz de uma forma de fazer com o que se encontra escasso de significação simbólica. Todavia, se o vestir-se de heróis masculinos tratava-se, para o Outro, de uma demanda, em análise, apostamos que é uma solução a se fazer com um corpo que necessita de unificação. A partir desse trabalho com o corpo, já iniciado por Maria, nossa condução como direção do tratamento era auxiliá-la nessa construção. Diante da precariedade do campo simbólico, iniciamos explorando os significantes trazidos nas fantasias e ofertando significantes que pudessem permitir uma amarração, de modo que ela pudesse dizer de seu corpo, de sua identidade e de seu desejo. Assim, Maria buscava, no costurar dos personagens e suas histórias, costurar seu próprio corpo e sua própria história.

Outra aposta realizada na condução deste caso foi fornecer elementos simbólicos que possibilitassem à Maria nomear aquilo que a ela se apresentava como assustador e angustiante. De acordo com Albuquerque (2006), ao nomear, estabelece-se uma relação que dá sentido ao real. Não diz respeito, aqui, a aceitar e tomar como correto e verdadeiro aquilo que vem do Outro, mas dar ao real elementos que lhe possibilitem ter sentido. Ao longo das sessões, algumas nomeações foram feitas pela analista por meio de afirmações do que se colocava para Maria no campo da infinidade de possibilidades. Retomando as passagens do mistério em frente ao espelho, o das “calças perdidas”, foi dito que, ao crescer, algumas coisas são perdidas e que ela realmente está crescendo. Em outras sessões, foi possível fazer questionamentos, os quais permitiram que ela localizasse o que estava sendo atribuído a ela e ao Outro, ao campo do masculino e do feminino. Sendo assim, quando foi possível questionar como era essa confusão que se colocava para ela, Maria afirmou ser uma menina que gosta de coisas que são tidas como de meninos, como o basquete, o futebol e os super-heróis. A partir dessa colocação, Maria começa a se indagar acerca do que são as representações sociais no que se refere ao que é de menino e ao que é de menina.

Drummond (2012) afirma que é diante da dificuldade e, em algumas situações, da impossibilidade de que seja realizada a operação de separação do lugar de objeto que a criança manifesta diversos sintomas, retornando essa impossibilidade sobre seu próprio corpo. Ademais, de acordo com Souto, Silva Júnior, Oliveira, Nogueira, & Gouveia (2016), o sintoma pode se apresentar como um quarto elemento na relação entre Real, Simbólico e Imaginário, na tentativa de suprir a não inserção da metáfora paterna. No entanto os autores, fazendo referência a Millot, apontam que este consegue fazer ligação apenas entre Simbólico e Imaginário, não dando conta do Real, que permanece carente de amarração.

Dessa forma, as afirmações e certezas de Maria quanto às suas escolhas e não escolhas começaram a ser indagadas pela analista. Sempre que Maria afirmava que algo tinha sido decidido por ela, questionava-se acerca da decisão, e como resposta surgia que a decisão, na verdade, era do outro familiar. Foi colocada em questão a indiferenciação em relação ao Outro, como suas (in)decisões sobre seu corte de cabelo, as confusões entre meninos e meninas na escola que ela não conseguia entender e sua identificação aos seus amigos, com os quais se misturava a ponto de querer ser chamada pelo nome de um deles. Foi preciso que Maria questionasse o que, de fato, era seu desejo e o que ela apenas respondia como objeto da demanda do Outro.

Por fim, foi fundamental o trabalho realizado com a mãe, pois, segundo Kupfer (1996), o analista possui uma tarefa difícil, mas imprescindível: colocar-se como mediador do olhar materno, possibilitando que a mãe consiga ver seu filho

mediante o reflexo da imagem deste no olhar do analista. Mediante intervenções e conversas cuidadosas, foi possível, em um momento de troca, orientar a mãe que buscou o serviço. Amparada nos significantes que se apresentavam nas sessões, foi possível transmitir à mãe como sua vontade de que a filha fosse autônoma, capaz de fazer escolhas próprias, caminhou no rumo oposto. Ao dizer à filha que ela poderia ser o que quisesse com tão pouca idade, acabou por abandoná-la em meio a um deserto infértil em suas infinitas possibilidades, mas sem orientação de caminho. Ademais, percebeu que a questão por ela trazida de uma adultização relacionava-se ao fato de que a ela vinha sendo atribuída a maturidade de entendimento e compreensão, que escapava à sua capacidade de elaboração.

Deixou-se clara a validade de seu engajamento e luta pelo que acredita, mas que esses deveriam ser passados à filha diante de uma mediação cuidadosa; nomeando, explicando e levando em consideração sua idade e o que para ela será formativo. A relação entre ela e a filha não deve ser colocada de forma igualitária. Ao adulto que ocupa lugar de função fundamental, cabe, para além de uma transmissão do desejo, o fornecimento de elementos simbólicos que medeiam a relação criança e cultura, oferecendo orientação, limites e caminhos. Antes de tomar a filha como uma amiga, fazia-se necessário ocupar a função de autoridade, dotada de referência para sua construção psíquica.

Em uma das sessões reservadas para escutar a mãe, ela relata que, desde que se iniciou o tratamento, as infecções não voltaram a ocorrer, pois Maria já consegue se tocar e se lavar. Ademais, a mãe relata um curioso fato: agora, Maria tem tomado dois banhos ao dia. Tais relatos mostram-se a nós como um avanço no caso, uma vez que entendemos que a criança tem buscado um novo tratamento para seu corpo por meio de algo que o contorna, que o une, que o demarca, e a ele pode dotar de sentido e identidade.

Considerações Finais

Neste artigo, buscamos discutir acerca das questões relativas à incidência do dito e do não dito no processo de subjetivação do sujeito por meio de um caso clínico, no qual a paciente fazia de seu corpo seu sintoma. Mediante a falta de elementos simbólicos, a criança buscava uma forma de amarração entre linguagem e corpo. Diante da abertura de possibilidades deixadas pela mãe, Maria se “perdeu”, frente à variedade de modos de gozo, em um corpo que, para ela, se mostrava estranho, incerto e instável. Lacan (1954-55/1985) já dizia da impossibilidade de se diminuir a estranheza que se localiza no corpo. Diante disso, aqui se conduziu, por meio da palavra, a tentativa de fazer emergir a possibilidade de um saber sobre o próprio sexo dessa criança.

O advento da linguagem produz um sujeito, e este, em um processo de mútua determinação, recebe do Outro questões subjetivas, resultado de conflitos psíquicos, que tornam possíveis sua própria subjetivação. A partir de então, a inscrição da palavra do Outro no corpo do sujeito desvela os efeitos de tais conflitos, que não puderam ser simbolizados e que se revelam determinantes para sua subjetividade. Nesse sentido, Jorge e Travassos (2018) afirmam que, se a criança não possui a designação sexual previamente delimitada, tal como formulada por Freud a partir da verificação da inexistência da inscrição da diferença sexual no inconsciente, só poderá vir a obtê-la por intermédio da ação da linguagem sobre seu ser.

Nos fragmentos do caso aqui mencionado, o percurso analítico, até o momento, se orientou em promover um trabalho de separação da inscrição do dito materno (“você pode ser o que você quiser”) no desejo e no corpo de Maria. Essa inscrição da palavra da mãe, marcada por nós como uma ficção do campo materno, trouxe os efeitos de uma confusão para ela sobre seu ser. Temos, aqui, a incidência da palavra do Outro apresentando uma contradição: de orientadora para devastadora na vida do sujeito.

Além do mais, mostra-se necessária a constante reflexão e crítica da prática psicológica diante do lugar do profissional psi, que, ao escutar uma demanda, a toma como verdade a ser atendida, levando a equívocos na condução do tratamento e perdendo de vista o que é do sujeito. Amparando-nos na ética da psicanálise, partimos da necessidade de fazer uma escuta do que da ordem do inconsciente e do desejo emerge na fala desse sujeito.

Cabe ressaltarmos, ainda, que o que pretendemos aqui não é negar os avanços já feitos e os que ainda são necessários no campo da subjetivação dos sujeitos, mas colocar em questão que a condução de atos que visam à transformação, seja corporal, seja hormonal, de forma tão precoce, não oferece garantias de localização e pertencimento no campo da sexualidade. Apostar na psicanálise e na escuta do sujeito é permitir que algo de mais singular do seu desejo possa se apresentar e se fazer ouvir separado das expectativas do Outro.

O processo de identificação e construção de identidade é longo, cheio de percursos, nos quais não se encontra conforto em uma resposta única, no entanto faz-se necessário oferecer à criança elementos que sejam orientadores. Vale ressaltarmos que não se trata de tomar o que vem do Outro como verdade única a ser atendida em termos de respostas subjetivas alienantes pelo sujeito. Trata-se do fornecimento de elementos simbólicos, que se façam orientadores e localizadores, para que a criança possa se movimentar diante do real, podendo, inclusive, ser capaz de decidir se quer ou não seguir por determinado caminho.

Para concluir, iremos recorrer a um fragmento do caso que ilustra o avanço para essa criança do entendimento sobre seu ser. Em uma sessão, Maria, dizendo da caça aos ovos durante a Páscoa, relata a dificuldade em encontrar os ovos sem

pistas e orientação, pois ela se “perde” ao procurar por todos os lados. Todavia relata que, diante de indicações e orientações, consegue decifrar as charadas e encontrar o caminho. Ao fim dessa sessão, Maria afirma que, finalmente, tem conseguido encontrar o caminho.

Referências

- Arán, M. (2009). A psicanálise e o dispositivo diferença sexual. *Revista Estudos Feministas*, 17(3), 653-673.
- Albuquerque, J. E. R. D. (2006). Declínio da autoridade: Do nome-do-pai ao sintoma. *Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região*, 43(73), 61-68.
- Bassols, M. (2016). Abertura: Scilicet, o corpo falante da AMP. In Escola Brasileira de Psicanálise (Org.), *X Congresso da Associação Mundial de Psicanálise* (pp. 7-12). Rio de Janeiro: Escola Brasileira de Psicanálise.
- Butler, J. (1999). Corpos que pesam: Sobre os limites discursivos do “sexo”. In G. L. Louro (Org.), *O corpo educado. Pedagogias da sexualidade* (pp. 151-172). Belo Horizonte: Autêntica.
- Butler, J. (2015). *Problemas de gênero: Feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Calzavara, M. G. P., & Ferreira, M. A. V. (2019). A função materna e seu lugar na constituição subjetiva da criança. *Estilos da Clínica*, 24(3), 432-444.
- Calzavara, M. G. P., & Silva, B. S. (2018). A função do objeto na clínica do autismo. *Contextos Clínicos*, 11(1), 72-82.
- Calzavara, M. G. P., & Vorcaro, A. (2018). Efeitos da incidência da linguagem no corpo do sujeito autista. *Tempo Psicanalítico*, 50(2), 31-50.
- Drummond, C. (2007). A criança objetalizada. *Almanaque online*, (1), 1-6.
- Drummond, C. (2012). *Como se opor a que se seja o corpo da criança que corresponda ao objeto*. Belo Horizonte: Instituto de Psicanálise e Saúde Mental de Minas de Gerais.
- De Tílio, R. (2014). Teorias de gênero: Principais contribuições teóricas oferecidas pelas perspectivas contemporâneas. *Revista Gênero*, 14(2), 125-148.
- Ferreira, A. E. P., Couto, M. P., & Facury, C. C. (2013). O corpo da criança e os discursos. *Revista Eletrônica do IPSM-MG. Almanaque on-line*, (12), 1-9.
- Freud, S. (1996a). As neuropsicoses de defesa. In S. Freud, *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (J. Salomão, Trad., Vol. 3, pp. 50-66). Rio de Janeiro: Imago. (Originalmente publicado em 1894)
- Freud, S. (1996b). Hereditariedade e etiologia das neuroses. In S. Freud, *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (J. Salomão, Trad., Vol. 3, pp. 139-155). Rio de Janeiro: Imago. (Originalmente publicado em 1896)
- Freud, S. (1996c). Rascunho K. As neuroses de defesa. In S. Freud, *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (J. Salomão, Trad., Vol. 1, pp. 267-276). Rio de Janeiro: Imago. (Originalmente publicado em 1896)
- Freud, S. (1996d). Três ensaios sobre a Teoria da Sexualidade. In S. Freud, *Edição standard brasileira de obras completas de Sigmund Freud* (Vol. 7, pp. 123-252). Rio de Janeiro: Imago. (Originalmente publicado em 1905)
- Freud, S. (1996e). Introdução ao Narcisismo. In S. Freud, *Edição standard brasileira de obras completas de Sigmund Freud* (Vol. 14, pp. 89-119). Rio de Janeiro: Imago. (Originalmente publicado em 1914-1916)

- Henriques, R. P., & Vidal, P. (2019). Em defesa de Outra psicanálise: Sobre o real em questão nas soluções transexuais. *Psicologia USP, 30*, 1-10.
- Jorge, M. A. C., & Travassos, N. P. (2018). *Transexualidade: O corpo entre o sujeito e a ciência*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Kupfer, M. C. (1996). A presença da psicanálise nos dispositivos institucionais de tratamento da psicose. *Estilos da Clínica: Revista sobre a infância com problemas, 1(1)*, 18-33.
- Lacadée, P. (2015). Violência: Marca nos corpos e nas cidades. *Curinga – Trauma nos corpos, violência nas cidades, (39)*, 23-35.
- Lacan, J. (1985). *O Seminário, livro 2: O eu na teoria de Freud e na técnica da psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Originalmente publicado em 1954-1955)
- Lacan, J. (1988). Conferencia en Ginebra sobre el sintoma. In J. Lacan, *Intervenciones e textos* (pp. 115-144). Buenos Aires: Manantial. (Originalmente publicado em 1975)
- Lacan, J. (1998a). O estágio do espelho como formador da função do eu. In J. Lacan, *Escritos* (pp. 96-103). Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Originalmente publicado em 1949)
- Lacan, J. (1998b). *O Seminário: Livro 11 – Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise* (2a ed.). Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Originalmente publicado em 1964)
- Lacan, J. (2003). Notas sobre a criança. In J. Lacan, *Outros Escritos* (pp. 369-370). Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Originalmente publicado em 1969)
- Lacan, J. (2008). *O Seminário: Livro 20 -Mais Ainda*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Originalmente publicado em 1972-1973)
- Laurent, E. (2004). Trauma ao avesso. *Papéis de Psicanálise, 1(1)*, 21-28.
- Laurent, E. (2014, 14 de fevereiro). Trauma generalizado e singular. *Boletim do XX Encontro Brasileiro do Campo Freudiano: Trauma nos corpos e violência nas cidades*. Belo Horizonte.
- Leguil, C. (2016). *O Ser e o Gênero: Homem/mulher depois de Lacan* (V. A. Ribeiro, Trad.). Belo Horizonte: EBP.
- Lima, V. M. (2017). Ideologia... de gênero? Um debate para a psicanálise de Zizek a Lacan. *Leitura Flutuante. Revista do Centro de Estudos em Semiótica e Psicanálise, 9(2)*, 87-99.
- Louro, G. L. (2018). *Um corpo estranho: Ensaio sobre sexualidade e teoria queer*. Belo Horizonte: Autêntica.
- Miller, J. A. (1997). Introdução ao inconsciente. In J. A. Miller, *Lacan elucidado* (pp. 248-267). Rio de Janeiro: Zahar.
- Miller, J. A. (2003). *Lo real y el sentido*. Buenos Aires: Diva Colección.
- Moreira, L., & Kyrillos Neto, F. (2017). Dos benefícios sociais na reforma psiquiátrica: necessidade, demanda e desejo. *Revista de Psicologia, 8(2)*, 110-118. Link
- Santiago, A. L. B. (2002). Resposta da estrutura à questão do sexo. *Revista da Diagonal Hispanohablante Nueva Red Cereda, (5)*, 53-58.
- Santos, A. R. (2016). Prefácio. In C. Leguil, *O Ser e o Gênero: Homem/mulher depois de Lacan* (V. A. Ribeiro, Trad., pp. 13-20). Belo Horizonte: EBP.
- Sartori, J. E. T., & Mantovani, A. (2016). *Psicanálise, Sexualidade e Gênero: A abertura à relativização cultural e o diálogo*

- com a etnopsicanálise. *Saúde & Transformação Social/Health & Social Change*, 7(3), 166-175.
- Scott, J. (1995). Gênero: Uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*, 20(2), 71-99.
- Silva, B., & Calzavara, M. G. (2016). Constituição subjetiva do autismo e da psicose: aproximações e distanciamentos. *Revista Analytica*, 5(9), 86-99.
- Soler, C. (1997). O Sujeito e o Outro II. In R. Feldstein, B. Fink & M. Jaanus (Orgs.), *Para ler o seminário II de Lacan: Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise* (pp. 58-67). Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Souto, J. B., Silva Júnior, E. G. D., Oliveira, P. A., Nogueira, J. D. A., & Gouveia, M. L. D. A. (2016). As vias da transexualidade sob a luz da psicanálise. *Cadernos de Psicanálise*, 38(34), 187-206.
- Stoller, R. J. (1968). *Sex and gender: The transsexual experiment* (Vol. 2). London: Chatto & Windus.

Como citar:

Liboreiro, B. A., & Calzavara, M. G. P. (2021). “Você pode ser o que você quiser!” Será? Psicanálise, Sexo e Gênero. *Revista Subjetividades*, 21(2), e11129. <http://doi.org/10.5020/23590777.rs.v21i2.e11129>

Endereço para correspondência

Bianca de Araújo Liboreiro
E-mail: biancaliboreiro07@gmail.com

Maria Gláucia Pires Calzavara
E-mail: glauciacalzavara@gmail.com

Recebido em: 16/06/2020

Revisado em: 09/11/2020

Aceito em: 23/11/2020

Publicado online: 15/09/2021